

[Publicado em Fernanda Mota Alves *et al.* (orgs.), *Filologia, Memória e Esquecimento*. Act. 20. Lisboa, Húmus, pp. 355-367, 2010.]

Filologia oitocentista e crítica textual

Rita Marquilhas

Universidade de Lisboa, Centro de Linguística

Segundo a perspectiva linguística, o termo “filologia” é um termo incomodamente ambíguo. Refere duas actividades intelectuais vincadamente diferentes, se bem que geneticamente relacionadas. A distância que as separa é tão lata que se tornou preferível nomear tais actividades com os rótulos de “filologia oitocentista”, a primeira, de “crítica textual”, a segunda¹. Ivo Castro distinguia assim, há mais de vinte anos, as duas acepções em causa:

Não vejo a filologia, neste fim do séc. XX, como a esplêndida ciência que, no entender de Schlegel, compartilhava com a filosofia o conhecimento universal, nem como um método de melhoramento humano pelo aprendizado das obras dos clássicos, nem mesmo como a disciplina que consorcia a linguística com a literatura - tudo visões com pensamento e defesas articuladas e respeitáveis, e que devemos ter em conta para apreciar a produção científica de certas épocas e de certos autores.

Vejo-a, sim, como uma disciplina muito mais comedida [...] em ambições culturais, pois se limita ao exercício de uma missão deixada vaga pelas outras disciplinas da palavra e que é a de verificar se um texto que vai ser lido e interpretado dá garantias de estar tão próximo quanto é possível daquilo que o seu autor escreveu. (Castro 1984)

¹ Isto para além da filologia pré-oitocentista, que foi amor dos versos homéricos em Alexandria, amor dos textos gregos em Roma, amor da palavra de Deus na Idade Média, amor da palavra dos Antigos no Humanismo Renascentista.

Aquela primeira, a “esplêndida ciência” filológica, nasceu no início do século XIX em ambiente romântico, numa Europa napoleónica onde despontavam novas nações, num clima de popularização da instrução, com novas gramáticas e dicionários a serem constantemente publicados, a alimentarem a questão da relação da língua com a “raça” e a defesa do purismo linguístico e literário (Davies 1996:10). Essa foi uma filologia que ganhou sólido prestígio tanto na universidade como fora dela e, mais importante ainda, conseguiu que os seus princípios se convertessem numa doutrina crescentemente popular, com um impacto que prolongou até hoje. Vou isolar só um desses princípios, provavelmente o grande responsável pela larga recepção das abordagens filológicas oitocentistas: segundo elas, as línguas traduziam os espíritos das nações. Trata-se de um princípio que não partiu da filologia mas sim na filosofia: para Hegel, que aprofundou a ideia de “Volksgeist” baseando-se sobretudo em Herder e Montesquieu, o espírito das nações actualizava o espírito do mundo, “Weltgeist”, e concretizava-se nos costumes, na religião, nas normas políticas, em suma, nas realizações culturais dos diferentes povos. Tinha natureza histórica:

O espírito de uma nação era um estado intermediário entre a história do mundo e a história do espírito do mundo [...]. O espírito do mundo, por seu turno, era o que dava ímpeto à realização dos espíritos históricos das várias nações [...]. O indivíduo [instanciação da nação] formava-se passando por várias fases sem perder a sua identidade. A nação, exibindo uma certa inclinação expressa no seu espírito, tinha um papel a desempenhar na história do mundo. Mas uma vez dada a sua contribuição deixava de desempenhar um papel activo no processo histórico. O renascimento dos povos era assim um processo impossível depois de extinta a criatividade que tinha contribuído para o crescimento histórico do espírito do mundo. (Traduzido de Rotenstreich 1974)

Pegando na ideia de “Volksgeist” assim definida, os filólogos do início do século XIX investiram no conhecimento das línguas de povos antigos, materializadas em textos forçosamente escritos porque queriam aceder à compreensão do espírito original desses mesmos povos. O historicismo com que abordaram a comparação dos textos antigos e medievais, europeus e indianos, servia-lhes sobretudo para atingirem um fim que era o do conhecimento das origens e da evolução da humanidade (a história do espírito do mundo). As línguas eram concebidas como memórias que se enriqueciam no momento de formação de uma cultura original, mas que perdiam

vitalidade depois de atingida a idade de ouro, avançando então para fases de decadência, envelhecimento, esquecimento.

Bastar-nos-ia olhar para o título de uma obra de Wilhelm von Humboldt para ficarmos esclarecidos sobre o determinismo, o historicismo e o essencialismo desta escola de pensamento sobre a língua — “Sobre a variedade estrutural da linguagem humana e a sua influência no desenvolvimento intelectual da humanidade”:

Não há nenhum momento estável na existência de uma língua, tal como não há estabilidade no pensamento flamejante dos homens. Por natureza a língua é um processo contínuo de desenvolvimento sob a influência da força intelectual do falante. Mas há dois períodos distintos no curso deste processo: aquele em que a força criadora de sons está a crescer e em actividade; e aquele em que uma aparente estabilidade se atinge, após a formação completa (...); segue-se um declínio visível daquela força criativa e sensual. Mas mesmo em períodos de declínio pode haver novos princípios de vida e novas reformas. (Traduzido de Humboldt 1967)

Friedrich von Schlegel também tem um bom título, que ilustra uma outra característica, que era a da inclinação orientalista de praticamente toda a filologia da época, sobretudo porque se tinha electrizado com a descoberta do sânscrito. Dizia Schlegel em “Sobre a língua e a sabedoria dos indianos”:

Espero ter feito uma árvore genealógica completamente histórica da família das línguas Indianas, uma verdadeira história da origem da linguagem em vez das teorias anteriores, totalmente fabricadas. O que aqui foi dito vai pelo menos demonstrar a importância do estudo do Índico, mesmo que só tenha abordado o campo da língua; no próximo livro vou pegar neste estudo e relacioná-lo com a história do espírito oriental. (Traduzido de Schlegel 1967)

O sentido de que as línguas se degradavam linearmente ao longo do tempo atravessa os escritos da maioria destes autores: Jacob Grimm, em meados do século XIX, lamentava que 600 anos antes “qualquer rústico soubesse, isto é, praticasse diariamente, perfeições e belezas na língua germânica com as quais os melhores gramáticos da [sua] actualidade nem sequer sonhavam” (*apud* Lightfoot 1999).

Mesmo os mais distraídos reconhecerão a herança desta interpretação da natureza das línguas, típica do primeiro oitocentismo, em discursos actuais muito

diversos: o discurso do turista é um exemplo; o dos reformadores puristas é outro. Para não me alongar, vou só traduzir excertos soltos do diário de viagem de Henri Michaux (é dos anos 30, mas muitos viajantes modernos o subscreveriam). Aí encontramos a ideia de que pelas gramáticas – Michaux fala sucessivamente dos sons, da morfologia, da sintaxe, do léxico e da entoação – os povos revelam a sua diferente essência cultural:

O homem indiano não é apressado. Racionaliza os sentimentos. Gosta de encadeamentos.

O sânscrito, a língua mais encadeada do mundo, a mais avassaladora, sem dúvida a mais bela criação do espírito indiano, língua panorâmica, com um som também ele admirável, contemplativa e induzindo à contemplação, uma língua de pensadores, flexível, sensível e atenta, previdente, engrossada com casos e declinações.

No homem árabe, tudo é cólera.

A língua árabe é uma bomba que suga e sopra, tem hh que vão e vêm que só podem ter sido inventados pela luta e pelo desejo de banir o adversário e as tentações do próprio.

Comparadas com ela, as outras línguas são pedantes, infinitamente ridículas, de uma vaidade monótona, que enfastia, línguas de militar. São isso.

A língua chinesa não é como as outras, não é forçada por uma sintaxe repressiva e imperiosa. As palavras não foram construídas com dureza, autoridade, método, redundância, por aglomeração de sílabas ressoantes, nem por etimologia. Não, são palavras de uma só sílaba e essa sílaba diz-se de forma incerta. A frase chinesa parece um conjunto de exclamações débeis. Uma palavra não tem mais de três letras. Por vezes uma consoante envolvente (o n ou o g) dá-lhe um som de gong. Enfim, para mais perto estar da natureza, esta língua é cantada. Há quatro tons na língua mandarim, oito nos dialectos do sul da China, Não é a monotonia das outras línguas. Com o chinês subimos, descemos, subimos de novo, vamos ao meio, lançamo-nos. É uma língua que permanece e se desenvolve em plena natureza.

[Japão,] país que, embora cheio e a transbordar, parece que não tem nada sobre ele, nem os homens, nem as plantas, nem as casas parecem ter raízes ou dimensão.

Uma mentalidade de ilhéus, fechada e orgulhosa.

Uma língua que soa como uma língua magra e insignificante, superficial. (Traduzido de Michaux 1933)

Passando do viajante para o sedentário, encontramos discursos semelhantes

já não na rejeição ou no desejo da língua do Outro exótico, mas na reacção à língua do homem do passado, do homem rústico ou do vizinho estrangeiro. Vê-se isso nos movimentos de normalização das línguas a que ciclicamente assistimos, ou então nos juízos puristas que rejeitam empréstimos estrangeiros e expressões inovadoras em nome da defesa e preservação da identidade nacional.

Ao contrário do seu sucesso junto do público leigo, esta perspectiva hegeliana foi cedo posta em causa entre os profissionais do estudo da linguagem. Era uma ideologia que alimentava a sua própria refutação porque obrigava a um método, que era o de investir na descrição das gramáticas de mais e mais línguas, distantes no tempo ou no espaço, de modo que em 1878, de posse de um conhecimento já muito alargado das línguas do mundo, já se proclamava a *Hipótese da Uniformidade*, isto no muito conhecido “manifesto neo-gramático” escrito por Karl Brugmann e Herman Osthoff:

Muitos acreditam que as formações analógicas aparecem principalmente naquelas fases da história em que o sentimento pela língua se degenerou, ou como também dizem, em que a percepção da língua se tornou obscura. E assim acreditam que não se podem esperar analogias em períodos antigos da língua, na mesma medida em que elas aparecem em períodos mais tardios. Se pudéssemos de uma vez por todas livrar-nos de expressões tão danosas como ‘juventude’ e ‘velhice’ de uma língua! [...] A criança que nasceu na Grécia de Homero será que sentia e manejava as formas da fala de maneira diferente de alguém da Grécia alexandrina ou mesmo de alguém de épocas posteriores? Se o dialecto grego do século XX a.C. ou o dialecto germânico do século VIII d.C. fossem dados a conhecer a um gramático de hoje, ele não alteraria imediatamente o seu conceito de antiguidade? (Traduzido de Osthoff e Brugmann 1967)

O corolário da Hipótese da Uniformidade é portanto este: as gramáticas das línguas de todas as épocas e de todos os lugares têm natureza semelhante e não se degradam com o tempo. São qualitativamente iguais em todos os contextos espaciais e temporais. A partir do momento em que esta ideia tomou forma, os estudos linguísticos e os literários seguiram rumos forçosamente diversos, uma vez que deixou de fazer sentido para os linguistas que o seu objecto de estudo estrito (a gramática das línguas) tivesse uma dimensão cultural e, portanto também, histórica. Com Saussure passou a encarar-se a língua como um mecanismo, uma estrutura equilibrada (Saussure 2000) e com Chomsky como um órgão do corpo humano, um conhecimento de base inata, que cresce na criança até formar uma gramática

altamente estruturada (Chomsky 1986). A linguística migrou cada vez mais do paradigma das humanidades para o das ciências exactas, aderindo a formalismos crescentemente sofisticados, primeiro mais próximos da matemática, hoje mais próximos da neurologia. Tornou-se uma ciência do conhecimento, o que quer dizer que continua a lidar com um conceito de memória, mas agora esta memória é metáfora da informação alojada no cérebro do indivíduo, não uma metáfora de história e cultura. Não se abandonou uma posição filosófica essencialista porque atrás dos enunciados dos falantes os linguistas continuam a ver a essência de uma estrutura, ou então a essência de um conhecimento (a gramática em qualquer dos casos). A gramática é que deixou de ser concebida, ela própria, como concretização da essência cultural de um povo. É no entanto verdade que algumas disciplinas de linguística aplicada ao uso continuam a estudar a relação da linguagem com a cultura, se bem que o seu objectivo não seja o de teorizar a natureza das línguas, mas sim o de compreender como esse conhecimento individual interage com a experiência do homem em sociedade. São aquelas disciplinas linguísticas que pertencem ao paradigma das ciências sociais, nomeadamente a semântica lexical, a dialectologia, a sociolinguística, a análise do discurso, a linguística textual, a história da língua, a pragmática e a didáctica da língua.

Retomo agora o conceito estrito de filologia, guiando-me ainda pelas reflexões de Ivo Castro:

[A filologia, hoje] limita[-se] ao exercício de uma missão deixada vaga pelas outras disciplinas da palavra e que é a de verificar se um texto que vai ser lido e interpretado dá garantias de estar tão próximo quanto é possível daquilo que o seu autor escreveu.

Esta filologia estrita equipa-se com recursos técnicos muito desenvolvidos (contributo das ciências da escrita e do livro, da história e da linguística) para desempenhar a sua missão, que não é estética nem semântica, mas técnica e, de certo modo, ética: a missão de interrogar os objectos escritos sobre a sua proveniência e a sua existência, antes de os declarar aptos a serem lidos pelos outros, os literatos, os linguistas e outros que, distraídos pelas suas especialidades, tendem demasiadas vezes a confiar em que a palavra escrita é sempre a palavra do seu autor. (Castro 1984)

O autor refere aqui concretamente a crítica textual, que era no século XIX um epifenómeno da investigação filológica. Obviamente, se se pretendia reconstruir a origem das línguas para chegar à pureza inicial do espírito dos povos identificando ao

mesmo tempo quanta degradação (ou esquecimento) se tinha produzido na viagem linear pelo tempo, era preciso usar nesse empreendimento arqueológico os textos escritos que das línguas antigas tinham sobrevivido. A crítica textual, que tinha ascendência na filologia clássica mas que dela se afastou por se reivindicar menos inventiva e mais positivista (Timpanaro 2003), constituiu-se assim enquanto faceta prática da actividade dos filólogos toda ela marcada pela ideologia da origem pura. O manuscrito original era visto como um objecto pleno de pureza, que o tempo teria condenado a uma história de contaminação e perda. A história era a tradição do texto, composta por cópias que enfermavam de lacunas, corruptelas, ou mesmo de acidentes massivos que tinham feito desaparecer grandes blocos textuais. O trabalho do crítico textual era, no século XIX, o de resgatar a memória do texto original. Através de um paciente trabalho de comparação e reconstrução, inventando o menos possível, chegava-se a um texto cuja forma estava próxima da origem; distinguia-se entre arquétipo e original, e era o arquétipo que se publicava, acompanhado de notas, índices e comentários (o aparato), dando conta dos enunciados alternativos (variantes) contidos na genealogia do texto (o estema).

Esta crítica textual, que está normalmente associada ao nome de Karl Lachmann, não teve o mesmo questionamento académico que a filologia historicista veio a conhecer porque manteve um papel instrumental na oferta de um texto estável, presumivelmente fidedigno, a ser interpretado pelo linguista, pelo historiador ou pelo crítico literário segundo a ideologia que lhes aprouvesse. Era tão determinista quanto a filologia de Oitocentos, uma vez que concebia o texto original enquanto vítima de um inexorável processo de empobrecimento; também era historicista, já que atribuía ao crítico a missão de desfazer, remontando à origem, a acumulação das memórias que transpareciam na tradição textual. Mas ao mesmo tempo, por ser obsessiva na construção da genealogia do texto e muito meticulosa na apresentação de resultados, a crítica lachmanniana só transmitia a ideologia do “Volksgeist” de uma forma muito moderada. Ao lado da versão estável do texto editado, oferecia inúmeras notas sobre a recepção do texto com a memória do trajecto do texto original junto dos sucessivos copistas. E fazia-se preceder de uma introdução justificando passo a passo as escolhas do editor.

Dir-se-ia que a edição lachmanniana continha o germe do seu enriquecimento e diversificação, ao contrário da filologia oitocentista que conteria o germe da sua própria refutação. As modalidades renovadas de crítica textual que

surgiram no último quartel do século XX – a sociologia dos textos e a crítica genética – vieram provar isso mesmo. São modalidades que revelam a plasticidade da crítica lachmanniana e a sua capacidade de diálogo com novas análises da cultura e da sociedade. Como fazia parte do método de Lachmann registrar a recepção de um texto junto de copistas de épocas posteriores à do autor (se copiavam, também liam e introduziam precisamente erros de leitura nas suas cópias), os proponentes iniciais da sociologia dos textos, Jerome McGann e Donald F. McKenzie só tiveram que equilibrar a importância relativa dada à produção original do texto e à da sua recepção: defenderam que o estudo da recepção e seu contexto social ganhasse importância em contraste com a valorização tradicional das intenções do autor. Propuseram também que fosse dada redobrada atenção aos aspectos materiais dos textos a editar por serem portadores de um valor comunicativo que o estudioso deveria considerar ao lado do do texto verbal (McGann 1983, Mackenzie 1986).

Passando para a crítica genética e para a sua dívida para com a crítica lachmanniana, como a árvore genealógica de uma edição lachmanniana permite ordenar fragmentos dispersos de uma tradição textual, a crítica genética pôde transpor o mesmo método para a racionalização dos fragmentos em que se dispersa o autor durante o processo de escrita do manuscrito literário (Grésillon 1994). O dossier genético que assim se constitui mina a concepção filológica antiga de que os autores produzem textos estáveis, dando antes argumentos para análises de orientação desconstrutivista.

Todas estas modalidades filológicas implicam, como também implicava a crítica lachmanniana, mais preocupada com a intenção do autor, tarefas minuciosas de pesquisa verbal, material, cultural e intercultural, ou seja, o método continua a ser o de observar os traços dos fragmentos, cadernos, folhetos, códices, incunábulo, seus suportes e seu percurso histórico numa busca obcecada pelo detalhe. A ideologia predominante acaba por ser a da minúcia do trabalho, e é nesse exercício quase físico que o crítico textual satisfaz o desejo antiquíssimo de possuir a palavra.

Não admira então que autores como Paul de Man ou Hans Ulrich Gumbrecht tenham sentido que não pareceriam reaccionários ao fazerem a apologia desta tarefa esforçada em que consiste a crítica textual: afinal estavam a defender, no seio dos estudos literários, um ensino mais generoso da literatura (De Man 1986, Gumbrecht 2003 e 2006).

Referências bibliográficas

- Castro, Ivo. 1984. *Livro de José de Arimateia*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- Chomsky, Noam. 1986. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. Nova Iorque: Praeger.
- Davies, Ana Morpurgo. 1996. *La Linguistica dell' Ottocento*. Bolonha: Società Editrice il Mulino.
- De Man, Paul. 1986. *The Resistance to Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Grésillon, Almuth. 1994. *Éléments de critique génétique*. Paris: PUF.
- Gumbrecht, Hans Ulrich. 2003. *The Powers of Philology: dynamics of textual scholarship*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- Gumbrecht, Hans Ulrich. 2006. Presence achieved in language (with special attention given to the presence of the past). *History and Theory* 45: 317–327.
- Humboldt, Wilhelm von. 1967. On the Structural Variety of Human Language and its Influence on the Intellectual Development of Mankind. In *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics 14*. Organização de Winfred P. Lehmann. Bloomington: Indiana University Press. Publicado originalmente em Wilhelm von Humboldt, *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (Berlin: F. Dümmler, 1836).
- McGann, Jerome. 1983. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Chicago: University of Chicago Press.
- McKenzie, Donald F. 1986. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Londres: British Library.
- Michaux, Henri. 1933. *Un barbare en Asie*. Paris: Gallimard.
- Osthoff, Hermann e Karl Brugmann. 1967. Preface to Morphological investigations in the sphere of the Indo-European languages. In *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics 14*. Organização de Winfred P. Lehmann. Bloomington: Indiana University Press. Publicado originalmente em Hermann Osthoff e Karl Grugmann, *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen I* (Leipzig: S. Hirzel, 1878).
- Rotenstreich, Nathan. 1974. Volksgeist. In *Dictionary of the History of Ideas IV: Psychological ideas in antiquity to Zeitgeist*. Edição de Philip P. Wiener. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Saussure, Ferdinand de. 2002. *Écrits de linguistique générale*, ed. de Simon Bouquet e Rudolf Engler. Paris: Gallimard (Lausanne: Payot, 1916).
- Schlegel, Friedrich von. 1967. On the Language and Wisdom of the Indians. In *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics 14*. Organização de Winfred P. Lehmann. Bloomington: Indiana University Press. Publicado originalmente em Friedrich von Schlegel, *Über die Sprache und Weisheit der Indier: Ein Beitrag zur Begründung der Alterthumskunde* (Heidelberg: Mohr & Zimmer, 1808).
- Timpanaro, Sebastiano. 2003. *La genesi del metodo del Lachmann*. Turim: UTET (Florença: Le Monnier, 1963).